



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Priscila Rodrigues Nonato¹

Edar Jessie Dias Mendes da Silva²

Murilo Alves de Souza³

Thais Ferreira Mendes⁴

Luciane Pinho de Almeida⁵

Sandra de Faria⁶

Resumo: O cenário da formação em serviço social no Brasil torna-se mais complexo na medida em que instituições de ensino superior investem fortemente na graduação a distância sobre a retórica do acesso à educação. As pesquisas demonstram as condições forjadas para a oferta de cursos baratos, flexibilizados e desnacionalizados, asseguradas pelo neoliberalismo e pela expansão privatista mercantil da educação.

Palavras-chaves: Educação, ensino a distância, privatização e serviço social.

Abstract: The scenery of Social Service formation in Brazil becomes more complex as higher education institutions invest heavily in distance education on the rhetoric of access to education. Research demonstrate the conditions for the provision of cheap, flexible and denationalized courses, guaranteed by neoliberalism and the mercantile privatization of education.

Key words: Education, distance learning, privatization and social work.

Introdução

No presente trabalho priorizam-se os estudos sobre as políticas educacionais que a partir dos anos de 1990 passaram a ser alvo constante das orientações dos organismos internacionais, com destaque ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), recomendando países de economia periférica a promoverem um profundo processo de neoliberalização na área da educação. No caso do Brasil atinge profundamente o Art.

¹ Profissional de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: pri.sersocial@gmail.com.

² Profissional de outras áreas, Organização Das Voluntárias do Estado de Goiás, E-mail: pri.sersocial@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: pri.sersocial@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: pri.sersocial@gmail.com.

⁵ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Católica Dom Bosco, E-mail: pri.sersocial@gmail.com.

⁶ Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, E-mail: pri.sersocial@gmail.com.

205 da Constituição Federal de 1988. Como demonstra as recomendações do Banco Mundial,

Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares. Isso é justificável, pois o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas. Paralelamente, é necessário facilitar o acesso a mecanismos de financiamento para estudantes que não possam pagar as mensalidades. Felizmente, o Brasil já possui o programa FIES, que oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas. O mesmo sistema deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais. A ampliação do FIES para incluir universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI. Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e gerariam uma economia para o orçamento federal de aproximadamente (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 137)

Nas recomendações do BM, em sintonia com o ideário do neoliberalismo, a educação deixa de ser um bem público promovido pelo Estado, atendendo aos interesses da sociedade como um todo, convertendo-se em uma mercadoria.

O conjunto de mudanças societárias em desenvolvimento desde os anos de 1970 e 1980 semeia as condições para a rápida expansão de oligopólios da educação nos anos 2000, que dominam a educação brasileira, oligopólios formados por grupos como Kroton, Estácio, Unip, Laureate, Cruzeiro do Sul Educacional, Ser Educacional, Uninove, Anima, Unicesumar, Adtalem Global Education.

Nas pesquisas e estudos sobre as transformações societárias que ocorreram nos países centrais do capitalismo a partir de 1973, em decorrência do fim do ciclo de ouro que o sistema viveu no Pós-Segunda Guerra, é possível observar como as políticas de mercado dos países do centro capitalista afetam os países ditos de terceiro mundo ou em desenvolvimento. Um processo denominado por diferentes analistas de neocolonização, seguido de intensificação da exploração da força de trabalho nos países da periferia capitalista.

Netto (1996) afirma que em 1974 e 1975 novos processos se tornam visíveis à medida que o capital monopolista foi compelido a encontrar alternativas para sua crise. Netto reporta-se à obra de Mandel (*Capitalismo Tardio*), segundo a qual em 1974 e 1975 explode a primeira recessão generalizada após a Segunda Guerra Mundial.

O capital em crise é compelido a se reorganizar e recorrer a uma corrente ideológica que desde os de 1960 era minoria, mas isso tende a mudar a partir de 1974. Conforme Hobsbawm, o recém-criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974, premiando Friedrich von Hayek, em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman (HOBBSAWM, 1995, p.398).

Para os neoliberais as políticas econômicas promovidas pelo Estado na Era de Ouro do Capital impediam o controle da inflação e o corte de gastos nos governos e nas empresas privadas e públicas. Ao partir desse pressuposto, o neoliberalismo recorre a um princípio clássico do liberalismo, a “mão oculta” do mercado, como única e suficiente reguladora da política e da economia, sendo a forma perfeita de propiciar crescimento econômico e equidade social. Com essas pautas, o neoliberalismo passa a ser hegemônico no final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, em escala planetária.

As investigações de docentes e discentes sobre o contexto societário mundializado e a expansão privatista mercantil da educação possibilitam apreender seus nexos com a crise do capital, manifestada a partir de 1973 e 1974. Suas novas tendências atingem o Brasil, pois em meados de 1981 e 1982, o modelo econômico da ditadura já mostrava sua exaustão, conforme analisa Netto (2014). A crise do modelo econômico da ditadura civil militar de 1964 mergulhou o país numa profunda crise socioeconômica, provocando a emergência de novos movimentos sociais, movimentos que reivindicaram a redemocratização do país com a garantia de direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988.

A nova Constituição Federal de 1988 foi promulgada sob forte pressão dos movimentos sociais, incluindo os movimentos em defesa da educação e das lutas para a garantia de direitos sociais, entre esses o direito a Educação.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Conforme analisa Abramides, “na América Latina, o neoliberalismo foi firmado por meio do consenso de Washington, em 1989, como programática do FMI, do BM e da Organização Mundial do Comércio (OMC), no processo de internacionalização do capital e de seus ajustes” (2016. p. 469). A autora analisa que,

No Brasil, mal a Constituição sairá do forno, em 1988, no governo Sarney, em 1989 se iniciam as primeiras investidas do neoliberalismo, implantadas no governo Collor de Mello, estendidas no governo Itamar Franco, aprofundadas e consolidadas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, nos dois governos de Lula da Silva e ao longo do governo Dilma (ABRAMIDES, 2016. p. 469).

Nesse contexto social, econômico e político criaram-se condições para as contrarreformas gestadas na perspectiva de retirar as responsabilidades do Estado, privatizar estruturas e instituições públicas e mercantilizar direitos sociais, historicamente

conquistados pela classe trabalhadora como a previdência social, a saúde e o direito à educação pública e de qualidade.

Neoliberalismo e expansão privatista mercantil da educação – os ataques do capital

A flexibilização das modalidades de oferta de cursos na educação superior no Brasil, sobretudo por meio da ensino a distância (EaD), alcançou vários cursos superiores, entre eles o curso de Serviço Social – o que remete à importância das pesquisas sobre essa realidade e suas configurações, sua dinâmica interna e seus vínculos com a mercantilização da educação sobre a égide do capital financeiro.

No presente estudo, as pesquisas em desenvolvimento se interessam por essa modalidade de ensino superior, autorizada pelo MEC, suscitando indagações sobre as tendências na formação em serviço social e a lógica da expansão privatista mercantil. Questiona-se a oferta dessa modalidade diante da ausência de uma efetiva relação pedagógica e de participação do discente na vida acadêmica, ausência de fundamentos que articulem o ensino, pesquisa, extensão e a inserção do aluno/docente em movimentos sociais, estudantis e profissional.

Como analisado pelas entidades profissionais ao afirmarem a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social,

A expansão desse tipo de ensino corresponde a uma estratégia política de legitimação porque se dá em nome da democratização do acesso ao ensino superior como forma de chegar ao emprego, o que tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos, historicamente. A maior perversidade desse projeto é esta: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que mal tem condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, mas que caem no canto de sereia do acesso, que na verdade é a forma de o governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político (CFESS *et al*, 2015, p. 16).

Conforme analisa Iamamoto, a educação sofreu grandes abalos nos governos neoliberais instalados no Brasil após o fim da ditadura militar, pois “desde o governo Cardoso, quando o processo de privatização do ensino superior foi acelerado, o empresariado da educação vem recebendo financiamento público” (2011, 436). Tal política tem fornecido as condições para o crescimento da educação privada e, conseqüentemente, sucateamento da educação pública. São prerrogativas que, segundo a autora, fortalecem a precarização do ensino público, reduzindo a formação apenas ao ensino, relegando a pesquisa para os programas de pós-graduação, com baixos financiamentos.

O papel da universidade enquanto instituição social é substituído pela organização que atende à funcionalidade do mercado. Com isso, “a subordinação da educação à acumulação

de capital compreende a qualidade do ensino superior e sua função pública” (IAMAMOTO, 2011, p.436), reduzindo as funções da universidade de produtora de conhecimento para uma instituição voltada ao atendimento das necessidades do capital, tornando-se fábrica de conhecimento.

A educação é uma ferramenta indispensável utilizada pelo capital para expandir seu projeto ideológico. Segundo Brasil (2005, p.12), o capital “gerou uma cultura da acumulação e a educação em seu sentido e em suas modalidades pode servir de elo mediador para os processos de acumulação ao reproduzir ideias e valores que reforçam a reprodução ampliada do capital”.

De fato, o governo FHC, em relação à educação superior, marcou-se pela ampliação de IES privadas e pelo aumento significativo da oferta de vagas. As ações de governo se ligaram aos interesses internacionais do grande capital e a educação superior, sob o ideário neoliberal, se tornou mais um instrumento de acumulação do capital e foi perdendo força enquanto conquista de direitos sociais.

Conforme Vidal (2016), o governo FHC legitimou o projeto neoliberal no Brasil, quando a educação deixou de ser entendida como um direito e passou a integrar o leque de mercadorias disponíveis no mercado, ligadas diretamente aos interesses do capital, direcionando-se conforme as determinações de organismos internacionais. Com isso, o Estado se desresponsabilizou da educação superior, o que reforça a marca desse governo, de intenso processo de privatização de várias políticas públicas.

Se o governo FHC foi responsável por políticas e programas de privatização da educação pública, o governo do campo popular do Partido dos Trabalhadores (PT) reforçou e propagou medidas, decretos e leis na mesma direção para o ensino superior.

O PNE (2014-2024) reforça essa lógica através de uma gama de projetos (PROUNI, FIES, EaD, SINAES, REUNI) que contribuem para a expansão e o favorecimento da mercantilização da educação, com isenções de impostos, certificação em larga escala, tornando-a um dos mais lucrativos setores do país. O cenário da educação superior é palco de um grande colapso, uma verdadeira crise corrosiva de universidades.

De outro lado, é sabido que a disputa do setor privado mercantil pelo crescente mercado da educação tem atingido destaque em escala global. No Brasil, consoante à análise de Leher (2003), o mercado educacional logrou êxito especialmente nos anos 1990, com a promulgação da atual LDB, que, além de determinar a propagação e a diversificação das IES, possibilitou criar instituições que rompessem com o modelo europeu, calcado na articulação do ensino-pesquisa e extensão, restringindo-as somente ao ensino.

Como alega Leher (2003), os empresários da educação superior têm, cada vez mais, ao longo dos últimos anos, estreitado suas relações com o governo, procurando garantir

seus interesses, investindo em diversas frentes.

Como observa o autor (2003, p. 89), dessas interconexões entre empresários e governos, resultaram: falta de controle público sobre mensalidades; isenções tributárias, inclusive da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamento) para todas as instituições sem fins lucrativos; empréstimos a juros subsidiados, via BNDES; renúncia de recolhimento previdenciário (permitindo uma economia de até 30% da folha de pagamento) e, ainda; os repasses diretos de verbas públicas, por meio do crédito educativo e, a partir de 1999, do FIES. Esses meios tomados já no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) em relação ao ensino superior expõem a opção pela ampliação do ensino privado, dando continuidade à política progressiva de favorecimento do setor.

Com a efetivação dos ajustes estruturais, do receituário do BM, os governos Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff executaram um duplo programa de privatização. Essa política antinacional se solidificou com muitas faces: desmonte da economia nacional; adaptação passiva do país à sua posição na divisão internacional do trabalho e no mercado financeiro e, no campo da educação superior; a potencialização da mercantilização desse direito social.

A educação com princípios mercadológicos não é um fator típico da contemporaneidade. Segundo Mészáros (2008), vem se estruturando ao longo de décadas. O mercado passa a exercer influência sobre a produção do conhecimento para suprir sua necessidade de adquirir e ampliar o espaço de acumulação de riqueza.

Nesse sentido, a educação vem sendo moldada a fim de atender às necessidades do mercado, sobretudo a educação técnica, que não dispõe da dimensão propositiva, crítica e libertadora. Toda sociedade detém um sistema próprio de educação. Por conseguinte, é ele que determina, em certa medida, a “formação social” dos indivíduos para reproduzir a ordem vigente, visto que o conhecimento é um mecanismo de transformação da realidade social, dos sujeitos, da composição das classes sociais, além de estar a educação inserida em um projeto de sociedade capitalista que se intensifica constantemente.

Formação em Serviço Social e a lógica da expansão do ensino superior brasileiro

A formação profissional do assistente social no Brasil reafirma as Diretrizes Curriculares Nacionais (ABEPSS, 1996), o Código de Ética (CFESS, 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), apoiada na LDB (BRASIL, 1996). As entidades da categoria movimentam-se em um processo de análise e posicionamento crítico sobre a precarização do processo formativo face às peculiaridades do ensino na modalidade

EaD.

A expansão dos cursos em Serviço Social e a ofensiva conservadora na educação é examinada na medida em que evidenciam na atual conjuntura a exigência de diferenciar o projeto de formação profissional com projetos de formação ou cursos que apresentam um perfil de egresso que atende de forma imediata à lógica do mercado, em uma direção oposta as Diretrizes Curriculares Nacional da ABEPSS.

A educação sempre foi fragmentada; sempre foi educação para algo. Nunca esteve ligada à questão da formação do ser humano, do trabalho. Sempre foi instrumentalizada; sempre serviu a algum interesse. Nunca se efetivou para a formação do ser humano. Sim, a educação sempre serviu ao sistema de mercado, à educação mercantilizada.

A formação profissional em Serviço Social, ao longo do seu processo histórico, registra conquistas de conteúdos essenciais como se pode verificar nos núcleos de fundamentação previstos nas DCN da ABEPSS, núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Contudo, um projeto educacional do Estado, segundo Meszaros (2008), não tem a intencionalidade de prover uma política educacional emancipatória, mas técnica, como é o caso dos cursos na modalidade EaD, ordenados na lógica do setor privado e mercantil. A funcionalidade desses cursos está a serviço do mercado, atendendo aos requisitos burgueses, o que confirma a ciência produzindo conhecimento para o capital, perdendo seu sentido de patrimônio da humanidade e bem público.

No ano de 2006, a modalidade de ensino a distância começou a ser ofertada no Serviço Social e se expandiu. Os dados demonstram que nos cursos de Serviço Social em EaD o número de vagas cresceu seis vezes mais do que no ensino presencial que, no período, passou por um processo de expansão centrado nos programas PROUNI, REUNI, de ampliação de vagas no ensino público.

A expansão da modalidade de ensino a distância se configura cada vez mais como uma educação mercantilizada, haja vista que, na última década, foi “alarmante” o índice de crescimento de instituições isoladas.

Os dados das pesquisas em fontes documentais demonstram o não cumprimento dos princípios das Diretrizes Curriculares. Por exemplo, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, no sentido de fomentar a dimensão investigativa e crítica no exercício profissional, é inexistente. Outro ponto relevante diz respeito às disciplinas básicas que não são asseguradas pelas matrizes curriculares e à política nacional de estágio.

Esses dados implicam o processo de rebaixamento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, compreendida como uma precarização geral do ensino

superior. Configurando o perfil do profissional formado pelo ensino a distância, há uma tendência ao empobrecimento profissional, propenso a uma formação acrítica, não reflexiva e aponta para uma formação técnica, um treinamento de habilidades que não proporciona qualquer poder decisório.

No cenário da educação superior e da formação do assistente social, constata-se que a política de educação de mercado, de valores “baratos”, reforça a concepção de políticas sociais pobres para pobres. Um verdadeiro canto de sereia. Uma democratização com o acesso pago para os mais pobres, com o pior tipo de ensino. Isso não é democratizar! Essas são algumas das contradições desse processo político do governo brasileiro nos últimos anos, que, embora oferte mais acesso, abre desafios ao projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.

Esse modelo não veio para democratizar o ensino superior, porque foi conduzido pela lógica perversa da mercantilização do ensino. É gerador de lucros para o grande capital, em especial para o capital rentista, financeiro, com a abertura de investimento em bolsas de valores pelos grupos e conglomerados que o promovem.

Tais aspectos se contrapõem à educação defendida por Mészáros (2008), uma educação que se coloca para além do capital, amparada em um sistema que, de fato, concorra à realização dos objetivos primordiais da educação. Entretanto, o modelo alcançado foge a essa determinação, concentrando-se na formação de sujeitos para o mercado, que frequentam cursos aligeirados, muitas vezes sem a possibilidade de opção educacional, visto que sua condição de classe não lhe permite ter acesso a outro tipo de educação.

Neste trabalho reafirmam-se as lutas em defesa da formação crítica do assistente social, contribuindo com o debate teórico, político, ético e de resistência coletiva no país, a partir dos elementos defendidos pelas entidades da categoria:

A defesa da formação profissional sem dúvida é uma das principais frentes de luta do serviço social brasileiro nesse momento histórico e é fundamental apreender o significado dessa expansão desmesurada do ensino superior sem qualidade, em geral com fins lucrativos e à distância, ainda que não exclusivamente (CFESS *et al*, 2015, p.11).

Uma reflexão que se pode fazer sobre a política de mercado é que, ainda que muito barata, essa modalidade tem sido oferecida às camadas mais pobres da população. Não se tem nela um processo de democratização. O acesso pago é para os mais pobres e a eles é ministrado o pior tipo de ensino. Esse modelo não veio para democratizar, mas é, sobretudo, uma lógica perversa de mercantilização do ensino superior para a geração de lucros do grande capital. Essas são algumas das contradições desse processo.

Diante disso, vê-se a urgência das lutas em defesa do acesso a uma educação verdadeiramente democrática, universal, pública, gratuita, presencial, de qualidade, laica e crítica.

A expansão do ensino superior via setor privado mercantil, com crescente número de matrículas em cursos ligados à formação para o trabalho complexo dos serviços na área social, com forte embasamento no ensino a distância, não parece ser uma via correta.

Nessa direção, reafirmam-se as formas de resistência da categoria e o posicionamento das entidades de formação, profissional e estudantil, no país, contrárias à precarização do ensino superior, da formação em Serviço Social e do perfil curricular implementado por cursos na modalidade EaD e presencial. Aprofundar ainda mais nos estudos e investigações, ampliar o debate nos fóruns profissionais e de trabalhadores da educação e fortalecer as lutas da nossa categoria, inserida nas lutas da classe trabalhadora é que nos mobiliza na atual conjuntura de regressão de direitos e de democracia ameaçada.

Considerações finais

Podemos concluir dos estudos e investigações que a privatização da educação é um processo de mercantilização que valoriza o capital por meio da venda de serviço educacional – o compromisso da IES é com o lucro e não com a formação de qualidade. Isso deprecia a pesquisa na área, negligência o estágio, reduzido à velha concepção de exteriorização do aprendizado. O estágio faz parte da formação como um espaço próprio de aprendizado. Com supervisão acadêmica e de campo, articula sala de aula e espaços sócio-ocupacionais, provoca a discussão teórica e a análise sistemática. Esse processo de estágio/exteriorização vem prejudicando a profissão.

O modelo de educação posto para a sociedade brasileira, sobretudo a partir da “reforma” da educação, é uma modalidade com vistas a atender às necessidades do mercado, de formar sujeitos para manter o sistema de produção, ou seja, gerenciar a máquina produtiva. Uma educação socialista, conforme propõe Mészáros (2008), que de fato proporcione a emancipação humana, evidencia uma estratégia de construir uma estrutura social e uma sociedade diferentes, nas quais são formados sujeitos livres, capazes de construir sua própria história. O propósito, nesse sentido, é a constituição de um sistema educacional que atenda às necessidades de seus usuários. Entretanto, esse modelo de educação do país tem passado por um conjunto de crises, seja em relação à sua estrutura ou em relação ao seu direcionamento educativo. Mészáros (2008) sinaliza que

(...) a crise atual da educação formal é apenas a ponta do iceberg. O sistema educacional formal da sociedade não pode funcionar tranquilamente se não estiver de acordo com a estrutura educacional geral – isto é, com o sistema específico de “interiorização” efetiva. A crise das instituições educacionais é então indicativa do conjunto de processos dos quais a educação formal é uma parte constitutiva

(MÉSZÁROS, 2008, p. 275).

Em razão do direcionamento burguês assumido pelo Estado brasileiro, a educação, na maioria das instituições privadas, sofre influência e tem seu direcionamento ligado à formação profissional técnica, sem as dimensões humanísticas e sociais. Nesse sentido, consoante ao autor (2008), a educação tem duas funções: a primeira consiste em atender ao funcionamento da economia capitalista; a segunda, a uma formação cujo propósito é garantir o controle político sobre a sociedade (MÉSZÁROS, 2008).

A educação defendida por Mészáros (2008) é uma educação que se coloca para além do capital, amparada em um sistema que, de fato, concorra à realização dos objetivos primordiais da educação. Entretanto, o modelo que se tem alcançado foge dessa determinação, concentrando-se na formação de sujeitos para o mercado, que frequentam cursos aligeirados, muitas vezes sem a possibilidade de opção educacional, visto que sua condição de classe não lhe permite ter acesso a outro tipo de educação.

Em síntese, apreende-se que a educação não conseguiu fugir do caráter destrutivo do capital em procura de novas fontes de extração de mais-valia. A classe hegemônica pressiona de maneira crescente os governos neoliberais, buscando garantir os recursos públicos para a ampliação de sua política privatista de ensino superior.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996>.

BRASIL, N. M. A pedagogia do Capitalismo e seus componentes. In: Ângela Cristina Belém Mascarenhas (Org). **Educação e Trabalho na Sociedade Capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia-Go: Ed. UCG, 2005

CFESS/ABEPSS/ENESSO – Conselho Federal de Serviço Social / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Brasília: CFess/Cress/Abepss/Enesso, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. O Ensino Superior no octênio FHC. Campinas. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82, abr, 2003.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**

profissional, 23. ed. São Paulo: Cortez 2012.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dez. 2014.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educação & Sociedade** (Impresso), São Paulo, Campinas, v. 25, n.88, p. 867-892, 2004.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Ano XVII, n. 50, p. 87-128, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2008.

VIDAL, Karina, Caputti. **O ensino a distância**: um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no serviço social. (Dissertação de mestrado). Defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.